

EDITORIAL

E AGORA, MOVIMENTOS POPULARES?

O ano de 2007 começará com diversos acontecimentos conjunturais de porte a se analisar: o segundo mandato de Lula (PT) na presidência, a inesperada vitória no primeiro turno de Jacques Wagner (PT) para o governo estadual baiano e a ascensão política da família Barradas Carneiro. É a partir disso que pretendemos iniciar nossa reflexão, ainda num momento de composição dos governos e indefinição de diversos movimentos populares; pode ser um risco analisar uma conjuntura ainda “a quente”, quando ainda não se tem posições definidas de diversos atores, mas há alguns cenários bastante claros.

A vitória de Lula, apesar dos abalos provocados pelas campanhas da mídia, não causou tanta surpresa. O que surpreende, na verdade, é a argumentação de que o segundo turno teria politizado as eleições, e que a maior votação para Lula nas regiões mais pobres do país seria uma expressão da ligação do partido com os mais pobres – os quais, em outras épocas, costumavam ser chamados de “classe trabalhadora”. Na verdade, o arco de alianças regionais extremamente elástico – incluindo figuras nefastas como Jader Barbalho (PMDB-PA), Roseana Sarney (PFL-MA) e, em alguns estados, o ultraconservador PRONA – certamente teve grande influência nesta eleição. Assim, além do voto pragmático – que nada tem de condenável – dos beneficiados por programas sociais, as alianças com diversas elites regionais facilitou a vitória pela mobilização das bases de apoio destas mesmas elites em função de Lula.

Apesar da ladainha sobre a privatização no segundo turno – na qual ambos os candidatos estão enfiados até o pescoço, seja com a venda direta de bens estatais e serviços pelo PSDB, seja pela implementação das parcerias público-privadas pelo PT –, disputa de projeto político entre os candidatos certamente não houve; houve, sim, a ingerência do grande empresariado brasileiro e do capitalismo internacional sobre o *programa* de ambos os candidatos. Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú – recordista em superlucros no setor bancário –, declarou à **Folha de S. Paulo** em 13 de agosto de 2006, seguindo a mesma linha do **Financial Times** britânico: “*Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alckmin é igual. Os dois são conservadores*”. Através da imprensa, o alto empresariado brasileiro pautou não apenas o voto da população mas o programa de ambos os candidatos. Perguntados sobre sua opção eleitoral, grandes empresários esquivavam-se de declarar voto e compunham o coro: “*O que o Brasil precisa é de redução da taxa de juros, reforma tributária e crescimento econômico*”.

Já a vitória de Jacques Wagner provoca uma grande interrogação: quais as causas de uma virada eleitoral tão inesperada, surpreendente até mesmo para o setor carlista? Seria, reproduzindo as eleições majoritárias federais, uma função do arco de alianças extremamente elástico que inclui tanto o agora influentíssimo Gedel Vieira Lima e seu PMDB quanto a “banda B” do PFL? Ou da convergência de posição ou definição de apoio dos movimentos a Wagner,

interessados na possibilidade de enterrar o carlismo que, descontado o hiato do governo Waldir Pires, domina a Bahia há quase quarenta anos? O parlamento baiano, certamente, está mudado e dividido: a bancada carlista minguou de 41 para 33 deputados e seus opositores subiram de 22 para 33 deputados.

Outro fato importante é a projeção política da família de latifundiários Barradas Carneiro, empurrada ladeira acima pelo prefeito de Salvador, João Henrique (PDT); o que não se sabe é como um prefeito que passa por uma crise financeira em sua administração ainda consegue ter cacife político para eleger deputados a esposa Maria Luiza (PDT), o irmão Sérgio Carneiro (PT) e o concunhado Sérgio Brito (PDT), além de recauchutar a imagem política do pai, João Durval Carneiro (PDT), e garantir sua eleição para senador. Por sinal, a crise financeira que põe João Henrique a andar de sacolinha na mão por todos os cofres públicos e a buscar qualquer quixotada para se reerguer (como na disputa entre barraqueiros de praia e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) causada pela intervenção litorânea proposta e executada por ele mesmo) é a mesma que permite ao PFL sonhar com sua recuperação no Estado a partir da disputa pela prefeitura de Salvador – cidade que, por centralizar a economia baiana e receber cerca de 13% dos investimentos do Estado, além de ser a terceira maior cidade do país, projeta nacionalmente alguns políticos estadual e nacionalmente. Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL) e José Carlos Aleluia (PFL) aparecem como nomes fortes para a sucessão municipal em 2008 – mesmo que o primeiro tenha recebido menos votos em sua eleição para deputado federal que o total de votos brancos e o segundo tenha ficado bem mais abaixo.

Nesta conjuntura, a reação dos movimentos sociais tem sido ambígua tanto com relação ao governo federal quanto ao estadual. Tal como no primeiro mandato de Lula (e como parecem se configurar novamente os movimentos neste segundo mandato), os movimentos entraram em compasso de espera, apesar das declarações críticas na imprensa. No caso estadual, há que se compreender esta imobilidade: diferentemente da esfera federal, onde tudo parece mais distante, os movimentos esperam encontrar dentro do governo estadual antigos companheiros de luta, que passaram junto a eles por diversas agruras sob o carlismo.

Voltados ou não para o “pragmatismo” que caracterizou o governo federal nos últimos quatro anos, estes “companheiros” podem guardar ainda diversas afinidades com os movimentos, e esta possibilidade abre para os movimentos populares os mesmos perigos vistos no primeiro mandato de Lula: num primeiro momento, a mobilização popular era desestimulada porque “o *companheiro está arrumando a casa para poder trabalhar*”, e, num segundo, a mobilização popular era proibida porque “*Lula é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo*”.

Mas esta interpretação ainda é insuficiente. Todos os fatos analisados são de domínio público, foram tratados pela mídia corporativa ou são reconhecidos de bom grado pelos ex-candidatos. O problema está nos bastidores, aos quais temos pouco acesso. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TER), Jacques

Wagner teve sua campanha financiada majoritariamente por quatro construtoras e empreiteiras (Construtora Barbosa Melo, R\$ 100 mil; CBPO Engenharia, R\$ 100 mil; Construtora Bloco, R\$ 200 mil; Camargo Correia Construtora, R\$ 200 mil). O que isto aponta, diante de sua proposta programática de revigorar a construção civil na Bahia? Qual o impacto dos R\$ 200 mil doados conjuntamente pela Aracruz Celulose e Veracruz Celulose para a campanha de Wagner sobre a luta dos sem-terra, quilombolas e povos indígenas? O que significam doações de três metalúrgicas (R\$ 250 mil da CSN, R\$ 200 mil da Caemi Mineração Metalúrgica e R\$ 100 mil do Grupo Gerdau) ao candidato vitorioso num Estado pontilhado por carvoarias onde persiste o trabalho escravo e o trabalho indigno de seres humanos?

Lula tem se mostrado muito receptivo aos conselhos de Jorge Gerdau, dono de um dos maiores conglomerados industriais do aço no mundo, e declara publicamente sua opção de manter Luiz Fernando Furlan, ex-presidente do Conselho de Administração da Sadia (maior empresa de carne processada do país), em sua equipe ministerial. Sem contar a estranhíssima aproximação com Delfim Neto... Diante desta conjuntura, certas perguntas passam a incomodar: e agora, movimentos populares, o que fazer? Seguir novamente a tese de “governo em disputa” proposta pela Central de Movimentos Sociais (CUT, MST e UNE) no “governo Lula I” durante o “governo Lula II”?

Não custa lembrar que todos os governos têm coisas “boas” e “ruins” e estão sempre em disputa, com maior ou menor exigência de mobilização dos movimentos populares para a conquista de vitórias significativas. Esta tese vale também para o segundo mandato de Lula? Ou deve ser superada? Não custa recordar que, se, de um lado, diversos movimentos sociais estão diretamente atrelados ao governo federal, com alguns “lapsos de independência” em questões pontuais – caso da CUT em sua campanha pelo salário mínimo ou da UNE em sua campanha pela reforma universitária –, de outro, o campo popular e de esquerda começa a se recompor, mesmo que tímida e fragmentariamente: é o que apontam o surgimento da Conlutas, da Conlute e da Intersindical. Diversas conferências e encontros já ocorridos entre movimentos de base apontam alguns caminhos:

É preciso que todo o povo conheça a força do seu poder! A mobilização que estamos iniciando requer o envolvimento das organizações da sociedade civil – entidades, associações, sindicatos, movimentos sociais, igrejas e dos cidadãos em geral – a fim de pressionar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para exigir o direcionamento das políticas nacionais em favor dos interesses populares, e não do mercado financeiro. Os recursos naturais como a água não podem ser mercantilizados. O Brasil precisa que se valorize a reciclagem e o reaproveitamento dos materiais num processo de trabalho gerido pelos próprios catadores e catadoras. É necessário respeitar a livre orientação sexual e acabar com a homofobia. Exigimos comportamento transparente e ético de todas as pessoas responsáveis por serviços públicos, bem como a apuração completa de todas as denúncias de corrupção e o ressarcimento dos recursos desviados aos cofres públicos. É necessário viabilizar instrumentos de fiscalização popular da

aplicação de recursos públicos e acabar com a impunidade parlamentar e sua aposentadoria privilegiada

A participação dos cidadãos e cidadãs nas Assembléias Populares contribuirá para instituir uma soberania popular efetiva, e não meramente simbólica. As Assembléias serão nossa força para impedir a subordinação do bem comum do povo ao interesse particular, bem como a subserviência da nação aos interesses estrangeiros. Elas serão nossa força para tornar efetivo o poder popular, para construir um Brasil livre, pluriétnico, autônomo, soberano e socialista, que queremos para nós e para as futuras gerações, convivendo com todos os povos da Terra em espírito de cooperação e solidariedade (Assembléia Popular, Brasília, 25 a 28 de outubro de 2005)

Qual a responsabilidade dos movimentos sociais na atual crise em que vivemos? Precisamos de um instrumento político ou de um movimento político? Como avançar na universalização e politização das lutas particulares? (...). Definir a forma de organização e seu objetivo, superando a burocratização, o amesquinamento político, o cerceamento da liberdade de questionamento. Percebe-se que a proposição da mudança política não avança sobre a mudança na forma de organização e de perspectiva (Conferência Periferia do Capital e Poder Popular, Ribeirão Preto, 26 a 28 de outubro de 2006)

Para levar adiante o processo de Articulação das forças sociais, os participantes se propõem a apostar no processo da Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil como instrumento dinamizador de causas comuns a serem assumidas em conjunto, em âmbito nacional, regional e local; fortalecer os fóruns que aglutinam pastorais ou movimentos afins (Fórum das Pastorais Sociais, Fórum da Reforma Agrária e outros); trabalhar em redes, socializando causas, metodologias ou iniciativas, para fortalecer o processo que nos une com outras instâncias que visam o mesmo objetivo da construção do país que queremos; valorizar a comunicação alternativa para diminuir a influência negativa dos grandes meios de comunicação e fortalecer uma comunicação eficaz e democrática entre os atores sociais populares; dar atenção a todo tipo de novos atores sociais que vão surgindo

Para fortalecer a formação dos atores sociais, os participantes se propõem a empreender um esforço especial de levar às bases os temas debatidos em nível nacional ou regional; apostar na formação de novas lideranças; dar atenção especial para as juventudes urbanas; incentivar escolas de formação política, com metodologia popular, abertas à participação de todos; socializar experiências positivas (4ª Semana Social Brasileira, Brasília, 17 a 19 de novembro de 2006)

As alternativas para os movimentos são simples, mas nem por isso menos dolorosas para muitos. Apatia ou mobilização? Autonomia, diálogo crítico ou cooptação? Pautar o governo nos campos e nas ruas ou ir a reboque? Algo foi aprendido nos quatro anos de PT no governo federal? Ou precisamos passar

por tudo de novo, tanto no segundo mandato de Lula quanto na virada contra o carlismo? Movimentos, a escolha é sua...

CADERNOS DO CEAS